

A emergência dos coletivos de estudantes negros/as e o combate à escassez epistemológica

Lia Keller Ferreira Costa¹, Maria Clareth Gonçalves Reis²

Resumo

O presente artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em Políticas Sociais, realizado na Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, na qual se buscou realizar um levantamento dos coletivos de estudantes negros/as das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Este levantamento teve como uma de suas etapas a realização de um Estado da Arte, para conhecer o que já havia sido produzido até o momento sobre esses núcleos. Foi constituído a partir de pesquisas realizadas em repositórios digitais de teses e dissertações. O Estado da Arte suscitou algumas discussões sobre o contexto de surgimento dos coletivos de estudantes negros/as universitários/as, como a participação desses coletivos nas lutas pelas políticas de cotas raciais e a importância deles nas lutas por novas epistemologias no processo de formação profissional e científica do Ensino Superior. Este estudo se debruçou em uma investigação que permitiu conhecer as ações dos coletivos de estudantes negros/as universitários/as, as conectando a um compromisso histórico de combate ao racismo epistemológico vivenciado nas instituições.

Palavras-chave

Coletivos Negros. Políticas de cotas raciais. Novas epistemologias.

¹ Mestranda em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil; professora da rede municipal de educação de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: liakfc@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; professora associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, Brasil; coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UENF). E-mail: clareth@uenf.br.

The emergence of collectives of black students and the fight against epistemological scarcity

Lia Keller Ferreira Costa³, Maria Clareth Gonçalves Reis⁴

Abstract

This article is an excerpt from the Master Degree research in Social Policies, carried out at the Federal University of Norte Fluminense Darcy Ribeiro, which sought to carry out a survey on black student collectives from public universities in the State of Rio de Janeiro. This survey had as one of its stages the realization of a State of the Art, to know what had already been produced about these groups. It was constituted from research carried out in digital repositories of theses and dissertations, which we will qualify in this article. The State of the Art raised some discussions about the context of the emergence of collectives of black university students, such as the participation of these collectives in the struggles for racial quota policies and their importance in the struggles for new epistemologies in the professional and scientific training process on Higher Education. This study focused on an investigation that made it possible to know the actions of the collectives of black university students, connecting them to a historical commitment to combat epistemological racism experienced in institutions.

Keywords

Black collectives. Racial quota policies. New epistemologies.

³ Master degree student in Social Policies, State University of North Fluminense Darcy Ribeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil; teacher in the municipal education network of Campos dos Goytacazes, State of Rio de Janeiro, Brazil. E-mail: liakfc@gmail.com..

⁴ PhD in Education, Fluminense Federal University, State of Rio de Janeiro, Brazil; associate professor at the State University of North Fluminense Darcy Ribeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil; coordinator of the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI/UENF). E-mail: clareth@uenf.br.

Introdução

A trajetória histórica nacional demarca a presença da população negra na construção da sociedade brasileira em diversas dimensões da vida social, como nos âmbitos cultural, social e político. Devido à empreitada colonial, da qual até hoje somos herdeiros/as, essa presença foi delegada a lugares de subalternidade, como vemos em Luiz Rufino (2019). Ainda, o discurso que se produziu sobre essa presença foi inferiorizante. Diante disso, foi necessário que pessoas negras elaborassem estratégias que permitissem transgredir essas perspectivas, centralizando suas formas de ser, viver e estar no mundo.

Essas estratégias, mesmo que tenham atravessado os diversos âmbitos da sociedade, como os econômicos, políticos e culturais, emergiram de forma expressiva no interior das instituições educacionais, especialmente nas universidades. Isso se deu pela posição de prestígio a qual foi atribuída à universidade na presente organização social, mediante ao seu papel na reprodução e perpetuação da cultura e dos saberes que têm legitimado as relações de poder existentes até o momento na sociedade brasileira, como atesta Silvio Almeida (2018).

Historicamente, desde a sua constituição, as universidades têm exercido o papel de preparar os/as profissionais que têm ocupado os cargos da gestão pública e os/as intelectuais que têm pensado o presente, o passado e o futuro da nação. Se percebemos que essa gestão e esse pensamento sobrepõem os anseios, as prioridades e os saberes da população branca brasileira em detrimento de todas as demais, entendemos como a universidade tem responsabilidade na perpetuação das relações desiguais de poder no Brasil. Por isso, Alex Ratts (2009) defende que as formações profissional e científica foram eleitas como campos fundamentais de luta pela população negra. Esta, ora através das frestas, ora através dos confrontos, ora através dos diálogos, tem “desbancado” o ar de superioridade que permeia a estrutura acadêmica.

Uma das formas encontradas pela população negra para atravessar o espaço acadêmico foi a construção de coletivos de estudantes negros/as. Eles surgiram em três grandes momentos: na década de 1970, associado à emergência do movimento negro de base acadêmica; na década de 2000, envolvido com as lutas por ações afirmativas; e, posteriormente, na segunda década do século 21, momento em que uma crescente crise política e ideológica no Brasil gerou uma efervescência dos movimentos sociais, cujas manifestações e posicionamentos sobre o cenário alcançaram as instituições de Ensino

Superior. Nesses movimentos, os coletivos negros estabeleceram a universidade enquanto uma grande encruzilhada. A partir da lógica de Exu, Luiz Rufino (2019) aponta que a encruzilhada é o lugar do cruzamento entre sabedorias, olhares, encontros, confrontos e diálogos.

Assim, estabelecer as universidades enquanto encruzilhada é colocar em xeque essa estrutura que até então se viu como detentora da narrativa única sobre a produção de saberes, sobre a produção de conhecimento. Como afirma Luiz Rufino (2019), a universidade viu a si mesma como detentora única da produção de ciência, sem abrir espaço para outras formas de exercício do poder, diferente das que ela tem secularmente produzido. Os coletivos de estudantes negros/as têm sido, portanto, uma das táticas utilizadas pela população negra para adentrar os campos da formação profissional e científica, não só denunciando suas falhas ou dismantelandando sua “pose”, mas fundamentalmente afirmando e demonstrando: existem outras possibilidades!

A luta contra a lógica da escassez nas universidades

Falar sobre coletivos de estudantes negros/as é falar, necessariamente, sobre a construção de possibilidades, pois é a partir desse campo que esses núcleos emergem. Suas perspectivas, suas reivindicações, os objetivos que direcionam suas ações estão atrelados a contextos de tensionamento da lógica da “escassez” que predominam nos ambientes acadêmicos.

Como diz Rufino (2019), a lógica da escassez é definida como uma “monologização do mundo”, que é possível observar quando nos deparamos com a maioria de acadêmicos e de docentes branca, assim como a maioria dos teóricos lidos e utilizados nas disciplinas e bases bibliográficas e, todos esses, tomando como referência de filosofia e civilização a Europa. Isso em um país majoritariamente negro, assentado em terras indígenas. É a partir desse espectro que têm sido formados os integrantes desse sistema universitário, que atuarão nas mais diversas instituições do país, reproduzindo a lógica a partir da qual aprenderam a ler o mundo ao seu redor. Esse espectro, todavia, é cada vez mais enfrentado, pois tem sido “infiltrado” por diversas iniciativas da população negra, como os coletivos de estudantes negros/as. Esses núcleos, como desafiadores dessa ótica operante, situam-se no campo da construção de possibilidades, somando-se às iniciativas que inserem novas conversas no interior das universidades, conversas essas que buscam outros rumos, outras poéticas, que

inauguram outro fazer, inventam e afirmam outras vidas, outras leituras sobre o mundo no interior dessas instituições de Ensino Superior.

Buscando a origem desses coletivos de estudantes negros/as, e focando na trajetória deles no Estado do Rio de Janeiro, o mais antigo núcleo o qual alcançamos a documentação surge em 1979, denominado Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), na Universidade Federal Fluminense (UFF), situada em Niterói. O contexto de surgimento do GTAR é na década de 1970, momento identificado por Joel Rufino (1994) em que se desenrolava um “*boom* educacional”. Este seria o primeiro momento de maior entrada da população negra no Ensino Superior e ele seria desencadeado por dois processos distintos: uma crescente industrialização no Brasil, que passava a exigir maior qualificação profissional da população e uma conseqüente crise de vagas no Ensino Superior. Isso fez com que o Estado brasileiro fosse pressionado a incentivar a construção de novos polos de ensino, causando uma proliferação de universidades, principalmente privadas.

O Ensino Superior até então era caracterizado como um centro de produção científica e formação profissional praticamente exclusivo da população branca, tanto das classes médias quanto das classes altas do país, herdeiras dos espaços de qualidade de vida e poder. Todavia, essa realidade começa a ser mais incisivamente tensionada, pois juntamente aos processos históricos apontados acima, que se desenrolavam no cenário nacional na década de 1970, temos – como descrito por Alex Ratts (2009) – um cenário sociopolítico marcado pela ação de várias organizações do Movimento Negro, que passam a insistir na necessidade de mais espaço para a população negra nas universidades. Toda essa situação surtiria um grande impacto na realidade das universidades brasileiras, em específico nas universidades do Estado do Rio de Janeiro.

O GTAR, tendo a historiadora Beatriz Nascimento como uma das propulsoras, se preocupava especificamente com a reformulação dos programas dos cursos e em atualizar as bibliografias adotadas pelo corpo docente, como atesta o estudo de Alex Ratts (2009) sobre o núcleo. Esse grupo se empenhava em formar ativistas negros/as, e muitos/as deles/as se tornaram pesquisadores/as no campo das relações étnico-raciais. Isso vai ao encontro da disputa contra a lógica da escassez, uma vez que, a partir de suas práticas, o GTAR afirmava outro lugar da produção de saberes, lutando, junto a outras organizações, por perspectivas que sistematicamente vinham sendo ignoradas pela academia.

A maior presença de estudantes negros/as nas universidades do Estado do Rio de Janeiro seria sentida não só pelos/as profissionais e estudantes brancos/as que, historicamente, ocuparam praticamente a totalidade das cadeiras acadêmicas, como seria profundamente sentida por estes/as outros/as integrantes. Uma vez estando nesses espaços, os/as estudantes negros/as passam a perceber a instituição fundamentalmente a partir de seus grilhões, dos seus projetos de escassez epistemológica, da política em voga de “invenção do outro”. Eles/as passam a se deparar, usando das palavras de Rufino (2019, p. 13), com “a mentira propagada por séculos envolta num véu de pureza que dissimula o [seu] caráter devastador”. Ou seja, ao observarem a estrutura da universidade de perto, encarando-a de frente, esses/as estudantes percebem como ela estava inserida em uma lógica perversa contra a população negra, uma vez que se perpetuava um olhar estereotipado e de impotência sobre essa população. Isso se expressa pela própria atitude dos/as estudantes em somar à luta por outras referências e perspectivas para a sua formação.

A partir desse outro lugar, os/as estudantes negros/as *rasgam o chão*⁵ das universidades, somando à luta contra as injustiças cognitivas/sociais ali existentes. Assim, eles tecem iniciativas que buscam caminhos a partir de outras cosmogonias para desestabilizar toda tentativa de autoritarismo. A exemplo do GTAR, os/as estudantes negros/as passaram a apontar diversas problemáticas existentes nos processos de formação profissional e científica, já que, de forma geral, eles não davam conta das realidades das pessoas que, apesar de recém-chegadas nas universidades, correspondiam à grande parte da população brasileira (CAIXETA, 2016). Mesmo que a sociedade brasileira fosse um vasto campo de estudo e atuação dos/as intelectuais que estavam sendo preparados/as por essas universidades, a população negra não tinha direito à fala nessa conversa. Diante dessa realidade, as pessoas negras que vão se inserindo nas instituições de Ensino Superior vão passando a se articular dentro desses espaços, buscando construir outra possibilidade de existência para si mesmas.

A exemplo de Eduardo Oliveira, Lélia González, Joel Rufino dos Santos e Beatriz Nascimento, não só os/as estudantes, como os/as professores(as) e demais profissionais negros/as vão enfatizando suas opiniões sobre as universidades, tencionando-as acerca da questão racial. Esses/as estudantes, professores/as e demais

⁵ Os destaques em itálico são palavras utilizadas por Rufino (2019), que no desenvolvimento do seu pensamento sobre produção de saberes chama a atenção para a construção de conhecimentos que partam da nossa cosmogonia.

profissionais, em grande parte, faziam ou passavam a fazer parte de movimentos sociais fora dos meios acadêmicos (JESUS, 2019). Isso contribuiu para a construção de diversos núcleos e espaços de debate nas universidades dedicados à abordagem das temáticas relacionadas à população negra no Brasil.

O antropólogo Alex Ratts (2009) defende que esse movimento de pessoas negras entrando e se posicionando nas instituições de Ensino Superior virá caracterizar o que ele define como Movimento Negro Contemporâneo. Esse movimento se diferenciaria dos desenvolvidos até então, uma vez que agora ele alcançava outros territórios de luta: as universidades. A presença da população negra nas universidades fez emergir outra configuração de suas entidades organizativas, já que, ao ocupar outro território social, outras necessidades entravam em evidência. Por isso, conforme surgiam entidades negras acadêmicas, mais diversificadas essas iam se mostrando, tanto em seus propósitos quanto em seus métodos de ação.

Sobre isso, é importante situar que a diversificação entre as entidades negras se conforma como um ponto de discussão entre os movimentos negros, e os contrastes e críticas que disso são suscitados nos ajudam a perceber a complexidade em compreender as trajetórias dos coletivos negros. Ratts (2011) aponta que, aos poucos, muitas das entidades negras de base acadêmica foram sendo acusadas de cederem à estrutura institucional, tão severamente criticada por seu racismo. Com isso, foi sendo construída uma perspectiva que afastava as entidades de base acadêmica dos movimentos sociais, por serem acusadas de perderem sua característica de enfrentamento às instituições. Esse argumento se sustenta na perspectiva de que o compromisso de algumas organizações negras acadêmicas era com a burocracia acadêmica, e não com as urgências dos movimentos sociais. Sendo assim, caracterizar os coletivos negros perpassa a necessidade de compreender com qual âmbito eles se comprometem, questão que vai sendo respondida na medida em que aprofundamos nosso conhecimento sobre esses núcleos.

Demos continuidade à construção de um mapeamento sobre coletivos de estudantes negros/as universitários/as do Estado do Rio de Janeiro de forma a obter mais dados sobre esses núcleos. Foram pouquíssimos os trabalhos identificados, sendo em sua maioria artigos publicados em revistas por graduandos/as, apenas duas monografias, uma dissertação e nenhuma tese. Mesmo ao investigar a trajetória dos coletivos negros a partir de trabalhos que os citam indiretamente, a dissertação de Martini (2009) foi a única que se destacou pela abordagem de alguns elementos que

permitiram tecer alguma caracterização sobre esses núcleos estudantis, enfatizando sua participação junto a processos de luta pelos direitos da população negra.

O trabalho da autora também associa a ação dos coletivos negros à luta pelas cotas na universidade, o que veio a potencializar um trabalho já exercido pelos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Essa associação vai sendo estabelecida em outros trabalhos⁶, sendo as pesquisas que falam sobre as cotas raciais, o processo de disputa e implementação dessas políticas, as que mais citam esses núcleos estudantis. Isso demonstra, portanto, que a união dos/as estudantes para pressionar as universidades acerca da implementação das cotas foi um fator central de mobilização desses/as jovens.

Assim, por mais que a origem dos coletivos negros remetesse a esse contexto das últimas décadas do século 20, é na virada do século, a partir de 2001, que os coletivos de estudantes negros/as irão aparecer em maior quantidade em diferentes instituições de Ensino Superior. Esse é o momento em que a discussão sobre Ações Afirmativas ganhava pela primeira vez o cenário nacional, e é exatamente a partir de então que percebemos a proliferação de coletivos de estudantes negros/as universitários/as. Nesse sentido, percebemos juntamente a Santos (2007) que, desde a constituição do Movimento Negro contemporâneo, é aberto um caminho para a construção de uma presença ativista até então inexistente, em larga escala, nas universidades. Uma forma de questionar as instituições que até então não se fazia tão aparente.

É notável que o momento de luta pelas cotas exigiu uma atitude mais combativa de todos que se relacionavam de alguma maneira a essas medidas (RATTS, 2011). A presença ativista dos coletivos negros surgiu como uma estratégia de luta utilizada pelos/as estudantes, tendo como principais objetivos questionar a supremacia branca, denunciar seus privilégios, suas fragilidades e apresentar outros caminhos possíveis para a realidade em que estavam inseridos/as. Participantes das lutas pelas cotas, os coletivos negros *firmam seu ponto* na disputa pelas instâncias do saber, até então dominadas por uma elite intelectual. Assim, temos que:

Desde 2001 surgem: Enegreser, na UnB, em Brasília; Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento (CANBENAS), na UFG, em Goiânia; na Bahia, o Núcleo de Estudantes Negras e Negros na UFBA; o UBUNTU – Núcleo de Estudantes Negros e Negras na UNEB; e o Coletivo Denegrir na UERJ, Rio de Janeiro. Nesse sentido,

⁶ Conferir CARVALHO, 2005; ALMEIDA, 2014.

ainda que contem com o apoio de um/a ou outro/a docente, os Coletivos de Estudantes Negros marcam com expressão própria o cenário de algumas instituições de ensino superior, particularmente as universidades públicas (RATTS, 2009, p. 36).

No Rio de Janeiro, o Coletivo Denegrir é uma das expressões mais enfáticas dessa presença. Nesse momento, Ratts (2011) aponta que foram sendo construídos cursos pré-vestibulares para negros/as e pobres e realizados programas de bolsas que impulsionavam a entrada de estudantes negros/as no Ensino Superior, o que foi abrindo mais espaço para o surgimento e fortalecimento de coletivos de estudantes negros/as. Conformava-se, então, no início dos anos 2000, um cenário favorável a um posicionamento crítico em relação às universidades, dada às tensões criadas nesses espaços, tanto pela discussão das cotas quanto pela entrada de mais negros/as, exigindo dos estudantes a construção de frentes organizadas para pensar a questão racial.

Como diz Rufino (2019, p. 25): “A invenção do ocidente europeu como centro tentou aterrar a diversidade existente nas margens. Assim, algo se constituiu em meio à desordem provocada”. A universidade, como herdeira dessa ocidentalização do mundo, tentou construir uma *margem* ao eleger que quem tinha acesso à formação e à produção de saberes eram os/as brancos/as das classes médias e altas brasileiras. Mas o que se tentou construir como margem passou a atravessar o centro, e nesse atravessamento, criou outras formas de ser e estar naquele lugar.

Logo, temos que a reivindicação pelas cotas conteve em si uma luta pelo direito ao espaço, como um todo. Os coletivos negros, nesse momento, se constituíam enquanto espaços não institucionais, em que estudantes, professores/as, técnicos/as, e até mesmo pessoas que não faziam parte da composição universitária, passavam a deliberar sobre as formas de ocupar esses espaços, alargar a entrada e as perspectivas do meio acadêmico, reforçando a demanda da necessidade de um olhar crítico sobre as universidades (RATTS, 2011). O posicionamento dos coletivos negros, então, nesse momento, exerce o que Rufino (2019, p. 45) definirá como “pedagogia encarnada por Exu”. Essa pedagogia define uma prática que é orientada pelo princípio do cruzamento, ou seja, inserir, chocar, atravessar a universidade com outras necessidades, prioridades, políticas, ontologias, cosmogonias do que ela está “acostumada”.

A figura de Exu é acionada, por ser, de acordo com a perspectiva *iorubana* da diáspora negra, o senhor dos caminhos, dos diálogos, das encruzilhadas (RUFINO, 2019). Nesse processo de cruzamento, promovido pelos coletivos negros e demais

iniciativas da população negra, há o abalo da estrutura da universidade, que é totalitária, uma vez que subordina as formas da população negra de ser e viver. O que veremos adiante é que o tensionamento para o alargamento da entrada de pessoas negras no Ensino Superior abarca diversas dimensões de se existir na realidade acadêmica.

Outras formas de ser, viver e pensar nas instituições de Ensino Superior

Mesmo que evidências apontem que o contexto da luta pelas cotas raciais foi de profunda importância para a emergência dos coletivos negros, esse contexto se colocou como um fator de mobilização, o que não explica, por si só, a continuidade da existência dessas organizações. Os estudos de Bianca Caixeta (2016) e de Guilherme Oliveira (2019) atribuem o surgimento dos coletivos negros à conformação de um novo *ethos*⁷ das relações sociais nas instituições de Ensino Superior. Logo, mesmo com o indício de que o fator de surgimento dos coletivos negros foi o momento de determinada reivindicação política, no caso das ações afirmativas, existe a perspectiva de que elas são apenas um dos agentes mobilizadores dos/as estudantes negros/as, sendo a construção de outros tipos de vínculos o que permite a consolidação desses grupos.

A questão que está por trás dessas afirmativas é que um fator mobilizador desses/as estudantes não explica, por si só, a existência dos coletivos negros, uma vez que depois de muitos anos, mesmo depois da conquista das cotas raciais, continuam existindo novos núcleos. Sendo assim, foi necessária a constituição de um campo de sentido, de identificação, de perspectiva de mundo que explicasse a continuidade da existência desses coletivos por anos, mesmo após o fator de mobilização ser, de certa forma, solucionado – ou o núcleo se dissolveria.

A cientista social Bianca Caixeta (2016) começa a apontar nessa direção, mas é o estudo de Oliveira (2019) que desenvolve de que forma se deu a construção desse novo *ethos* nas universidades, atribuindo-a a um resultado das discussões e aplicações de políticas para a diversidade no cenário nacional e internacional, que são iniciativas que pautam a necessidade de afirmação das diferentes identidades. Essas políticas teriam transformado os diversos âmbitos da sociedade brasileira, como o da Educação – especificamente no que tange ao acesso e à permanência de grupos marginalizados nesses espaços pelo Estado brasileiro; o da Cultura – relativo às propagandas,

⁷ Um conjunto de hábitos, valores, ideias, crenças.

audiovisual, cinema, conteúdo televisivo; do Campo da saúde e do Campo político – acerca do reconhecimento das múltiplas realidades, como de classe e raça, que envolvem cada ser social.

O sociólogo Stuart Hall (2003) aponta a emergência das políticas para a diversidade no final do século 20, apresentando uma transformação no significado de *identidade*. Ele demonstra de que forma foi sendo adotada a ideia de que os sujeitos são plurais, possuidores de identidades “flutuantes” – no sentido de serem circunstanciais e não fixas –, em detrimento da concepção hegemônica de sujeito universal e imóvel, especificamente baseados em concepções biológicas, adotadas até então pelo modelo europeu de pensamento. Essa perspectiva explica que, conforme nos deslocamos no tempo, no espaço e nas subjetividades, vamos reconstruindo nossos laços de pertencimento onde estamos.

A multiplicidade das identidades seria reflexo da transformação do mundo, em primeiro momento devido aos efeitos da Segunda Guerra Mundial, em que o ódio a determinados grupos se explicita no cenário político, causando comoção pública internacional. Oliveira (2019) coloca que, concomitantemente, essa multiplicidade seria movida pela aceleração das articulações no processo da globalização, o que passa a colidir com as diversas formas de ser e estar no mundo, não só entre os sujeitos como entre os próprios Estados internacionais, que passam a estabelecer outros acordos e, portanto, outras perspectivas sociopolíticas.

A dinamização das trocas de informações modifica a própria forma de a sociedade lidar com o Estado, aflorando o potencial organizativo dos movimentos sociais, que o atacavam incisivamente. A união de fatores internacionais e nacionais foi o elemento chave para a composição de uma realidade na qual as questões raciais tomavam outra configuração. Como apontado por Oliveira (2019), isso se expressa pela própria construção das políticas, da qual a Constituição de 1988 é exemplo, em que podemos observar um posicionamento do Governo Federal em relação à necessidade de minimizar as desigualdades latentes em todos os aspectos da vida social.

A Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, conhecida como Conferência de Durban (2001), ocorrida na África do Sul, foi crucial para que a perspectiva de políticas para a diversidade fosse não só um posicionamento, mas sim uma prática. Oliveira (2019) nos ajuda a pensar que essa ação prática se daria não por iniciativa do próprio Estado brasileiro, e sim dos movimentos sociais, que usaram dos acordos firmados na

Conferência para pressioná-lo no sentido de implementação de políticas para a diversidade. Esses acordos iriam subsidiar, inclusive, a construção de diretrizes para as Ações Afirmativas, uma vez que os movimentos sociais também se utilizaram desse contexto nacional e internacional para responsabilizar as universidades pelo combate às desigualdades raciais.

Esse tensionamento das universidades, no sentido da implementação de políticas para a diversidade, como as ações afirmativas, conformou outro campo de possibilidades para a população negra, influenciando na mudança da postura dessa população dentro dessas instituições. Como aponta Rufino (2019), a construção da diversidade como política promoveu a emergência de outros seres, que atribuíram não só a sua existência a outros significados, como também aos meios em que conviviam. Dessa forma, percebemos como um contexto muito maior influenciou uma série de manifestações, que interferiu nas formas das instituições de Ensino Superior lidarem com a questão racial, constituindo o novo *ethos* anteriormente referido que vai ser pano de fundo para o surgimento e continuidade da existência de mais coletivos de estudantes negros/as universitários/as a partir de então. Como aponta o próprio Rufino (2019), são instauradas sabedorias e práticas de frestas.

Mesmo após a conquista da implementação das ações afirmativas, os impactos que a construção desse novo *ethos* causou se perpetuou. O que vemos é que, mesmo tendo sido superadas as cotas como um fator de mobilização dos/as estudantes, as formas de ser e estar nas universidades, no sentido de abrir debates, críticas, outras perspectivas, ainda podem ser assistidas. Na verdade, a partir da segunda década do século 21, é possível assistir os coletivos negros emergindo de forma nunca anteriormente assistida nas universidades, e com uma dimensão muito mais abrangente do que anteriormente.

Além disso, precisamente a partir de 2013, assistimos um momento de crise social que foi marcado pela efervescência dos movimentos da juventude. Guilherme Oliveira (2019) constrói a relação da emergência desses coletivos negros, nesse período, não só associado a esse *ethos*, que vinham, desde antes, sendo constituídos. Não podemos deixar de considerar a relação, nesse momento, do surgimento de tantos núcleos estudantis de pessoas negras, no interior das universidades, com o momento de crise política, social e econômica apresentado, que levou a juventude às ruas e invadiu o espaço universitário, convocando-os à mobilização.

No Estado do Rio de Janeiro percebemos que, pela primeira vez, esses coletivos surgem transgredindo a emergência apenas nos grandes centros universitários, situados na capital do Estado, já que chegam incisivamente nas cidades do interior, como em Campos dos Goytacazes, por exemplo, com o Coletivo José do Patrocínio (UENF) e com o Coletivo Negro Mercedes Baptista (UFF).

Os coletivos negros foram surgindo cada vez mais diversificados em suas abordagens, objetivos e formas de ocupar esse sistema de ensino, sendo marcados pelas disparidades entre as realidades das instituições, pela localidade, pela presença de outros núcleos dentro das instituições e pela relação com os movimentos negros regionais, entre outras questões (CAIXETA, 2016). Um ponto em comum são suas ações marcadas pela pressão interna e externa incidida sobre as universidades, seja através de manifestações, denúncias, ou meios burocráticos, tensionando a estrutura no sentido de seus interesses.

Oliveira (2019) identifica a questão da permanência no Ensino Superior – a representatividade, o compartilhamento de saberes africanos e da diáspora africana e a racialização do movimento estudantil são outros elementos que se destacam nas ações mais recentes desses coletivos. Isso mostra a ampliação de suas perspectivas e formas de estar na universidade.

A pedagoga Nilma Lino Gomes afirma que

as políticas de ações afirmativas reeducam os negros e as negras na sua relação com o corpo e também reeducam a sociedade brasileira no seu olhar sobre o corpo negro. A partir do advento das ações afirmativas configurou-se um outro perfil de juventude negra que se afirma por meio da estética e da ocupação de lugares acadêmicos e sociais. [...] Nas universidades fundam-se coletivos de estudantes negros, bem como na educação básica, organizados de forma autônoma e que, muitas vezes, acabam por representar mais os estudantes do que as formas convencionais do movimento estudantil. Esses coletivos são responsáveis por retomar a leitura de autoras e autores negros brasileiros e estrangeiros que refletem sobre racismo, feminismo negro, relações raciais e educação, muitos dos quais não tinham suas obras conhecidas nem estudadas nas licenciaturas e bacharelados. (GOMES, 2017, p. 76).

Ou seja, um legado foi deixado de todo o contexto supracitado de transformação do Ensino Superior, sendo os coletivos negros uma expressão desse processo. Uma das contribuições mais expressivas estabelecidas pelos coletivos é a interferência na formação profissional e científica, uma vez que inserem outras leituras, outras

temáticas, outros autores, outras abordagens, outros questionamentos, até então não considerados nas licenciaturas e nos bacharelados. E isso é um campo de disputa muito caro às universidades.

O saber é um dos campos nos quais a empreitada colonial investiu. A perspectiva ocidental sobre o mundo se tornou um cânone, praticamente inegociável. O discurso científico moderno é profundamente limitado a saberes etnocêntricos (RUFINO, 2019). A racionalidade moderna ocidental produz um saber monológico, ou seja, que só constrói conhecimento a partir da sua própria voz, e isso se dá ao não considerar outras possibilidades de ser, de viver, de pensar. Nesse sentido, o racismo epistemológico se expressa, nas instituições de Ensino Superior, por meio das suas tentativas de promover um “desenvolvimento” social por meio de um pretense “esclarecimento” sobre os assuntos, sobre o mundo. E essa busca por “esclarecer” o mundo, como aponta Rufino (2019), tem servido como base para ideologias racistas e totalitárias.

Dessa forma, os coletivos negros surgem como espaços de formação de seres “livres, resilientes, inconformados, rebeldes e transgressivos à ordem colonial” (RUFINO, 2019, p. 26), uma vez que, na medida em que inserem outros saberes, outros questionamentos, outras respostas a antigas perguntas científico-acadêmicas, eles desafiam a lógica perpetuada por essas instâncias educativas. De repente, o corpo, o sentir, a territorialidade são tão importantes para a construção do conhecimento quanto para a produção de saberes.

Com a defesa de Rufino (2019, p. 3) de que “a condição do Ser é primordial à manifestação do saber”, pensar os saberes que são construídos nas universidades é extremamente importante, pois são eles que irão basear os conhecimentos que guiarão a ação e os discursos dos/as mais diversos/as profissionais, que tanto atuam em cargos das gestões municipais, estaduais, federais, como no meio da saúde, da comunicação, da política, da educação, entre outros. Conhecer o mundo e agir sobre ele, portanto, é um fenômeno que exige outros paradigmas, experiências simbólicas mais vastas, o reconhecimento de outras existências. Se temos, como condição do ser, uma realidade profundamente marcada pelo racismo, que não só produz desigualdades como também produz genocídio da população negra, precisamos compreendê-la como uma manifestação do saber que tem sido propagado a partir de diversos meios e instituições.

Se “o conhecimento não é mera abstração” (RUFINO, 2019, p. 26), devemos responsabilizar as universidades – que elegem a si mesmas como espaços de formação –

a respeito das práticas que têm sido construídas, não a colocando como um mero reflexo da cultura, mas reivindicando seu potencial, o qual ela mesma reivindica para si, em criticar sua própria prática e refazê-la. A dimensão epistemológica, então, nos parece ser um dos campos fundamentais de disputa construídos pelos coletivos negros.

O trabalho de Santos (2016) defende que há a consolidação de outro lugar para a população negra, a academia, e isso acarreta na produção de outro discurso, não só sobre a universidade, mas sobre tudo o que a envolve: produção de conhecimento, produção científica e formação profissional. Assim, para nós, a expansão da presença organizada dos/as estudantes negros/as no Ensino Superior acarretou no aprofundamento da crítica sobre as universidades, o que tem possibilitado a construção de outras possibilidades epistêmicas em seu interior.

Todavia, nos chama a atenção a forma dos coletivos se organizarem e conseguirem, ao longo de todo esse tempo, dar continuidade a esse seu papel nas universidades públicas. O que percebemos é que isso se deve pelo motivo de que esses núcleos não se constituem apenas como espaços de politização dos/as membros, de resistência às vicissitudes encontradas no meio acadêmico, mas serem também um espaço de fortalecimento e de afeto.

O quilombismo como possibilidade

A pesquisa de Bianca Caixeta (2016) é a única encontrada por nós que buscou realmente trazer “coletivo negro” enquanto termo conceitual, definindo-o como quilombo afetivo. Ela percebe esses espaços a partir de suas características de “construção de afetos, de empoderamento, de confraternização, articulações políticas, de estudos e etc., entre os/as estudantes negros/as” (CAIXETA, 2016, p. 15). Nesse sentido, esses espaços se caracterizariam pelo acolhimento, integração, politização, reconhecimento e fortalecimento dos/as estudantes negros/as que ingressam nas universidades, possibilitando, por meio da criação de laços afetivos, uma adaptação dos integrantes ao espaço acadêmico. O que nos faz compreender que, mesmo que as reivindicações políticas sejam um fator central de mobilização dos/as estudantes, a dimensão subjetiva, da afetividade, de comunhão existencial, também está em primeiro plano.

Os coletivos negros têm como premissa a identificação racial, a troca de experiências sobre o ser negro na universidade e sobre as dificuldades enfrentadas em

dar continuidade a suas formações. Com isso, os/as integrantes se organizam no sentido de combater não só as hegemonias do saber, mas as hegemonias da cultura e do espaço físico da universidade, fazendo da dimensão afetiva um campo de transgressão e confronto às práticas epistemicidas engendradas no Ensino Superior.

O conceito de quilombo afetivo, então, une o campo político ao campo existencial, o que, segundo a historiadora Beatriz Nascimento (2018), tem sido uma forma secular da população negra se posicionar na sociedade brasileira. O quilombo, ao longo de nossa trajetória histórica, foi um espaço político, mas também um espaço de comunhão existencial, um instrumento para que as pessoas negras pudessem produzir sua liberdade, e esse pensamento é igualmente endossado pelo conceito de quilombismo, de Abdias Nascimento (2020). O quilombismo como uma forma de resistir e existir atravessou os muros das universidades, atravessamento esse, protagonizado pelos coletivos de estudantes negros universitários.

A concepção de quilombismo no espaço acadêmico já foi pontuada por Mariza Santos (2016), por entender que é esse o tipo de relação que tem sido estabelecida entre intelectuais negros, como uma forma de protegerem e propagarem suas pesquisas. A autora, inclusive, cita que o historiador Antônio Risério (2007), chega a usar a expressão “quilombismo acadêmico” para definir as organizações negras no Ensino Superior. Todavia, ao menos por Risério, essa expressão é utilizada para diminuir o aspecto político desses núcleos, já que são relações que perpassam o afeto. A compreensão é de que, ao envolver a afetividade, as reivindicações seriam apaziguadas, o confronto seria evitado, o que prejudicaria as conquistas.

Em relação a isso, Caixeta (2016) nos ajuda a perceber que há uma relação dicotômica no ser estudante acadêmico/a negro/a: ao mesmo tempo em que está inserido/a no meio acadêmico e em suas epistemologias hegemônicas, ele/a não se identifica com esse meio, não se vendo representado/a, estando, portanto, ao mesmo tempo em uma posição contra-hegemônica das produções de conhecimento. Por isso, para nós, não é interessante a dicotomia entre assimilação ou transgressão, passividade ou rebeldia, uma vez que ser negro e estar presente na universidade exige muito mais que uma postura única e rígida.

Para nós, a presença negra nas universidades é marcada exatamente pela capacidade de metamorfose, remodelando-se a depender de quais frestas institucionais precisam adentrar ou quais rotas, dentro das instituições, desejam inventar. A nosso ver, a presença negra na universidade está situada exatamente no centro de todos os

caminhos, que é a encruzilhada, no qual o papel de negociadores ou transgressores, silenciados ou rebeldes, transcende qualquer caracterização que se prenda a uma forma única de ser e estar.

O elo estabelecido entre os trabalhos de Beatriz Nascimento (2018), Abdias Nascimento (2020), Mariza Santos (2016) e Risério (2007) nos permite definir os Coletivos Negros a partir da concepção do quilombismo, pois é a partir da construção desse lugar de fortalecimento que buscamos perceber em que medida tem sido possível transformar as relações epistemológicas presentes dentro das universidades. Como diz Rufino (2019, p. 7), “o processo de libertação também é um ato de amor e responsabilidade com a vida”, logo, a disputa política não deixa de envolver a subjetividade. O afeto, então, tem permitido a resistência e continuidade desses/as estudantes em um espaço que, pela sua estruturação, é tão hostil a essas presenças. Sendo assim, a afetividade demonstra ser um instrumento característico das formas de construir possibilidade de reivindicação e afirmação das suas formas de ser, de viver, do combate às suas dores e valorização dos seus desejos, que secularmente têm sido subalternizados.

Considerações finais

É de nosso interesse, assim, nos debruçarmos sobre uma investigação que nos permita perceber em que medida as ações dos coletivos de estudantes negros assumem, nas universidades, um compromisso histórico, junto a tantas outras organizações negras, em combater ao racismo epistemológico vivenciado nas instituições. Perpassando não só o conhecimento de suas agendas, ou a percepção da ocupação em si por essas organizações do espaço acadêmico, mas entender as formas de ocupá-lo.

A universidade tem se produzido, secularmente, enquanto um “regime da verdade”. Ou seja, suas perspectivas teóricas e seus posicionamentos, por mais críticos que se pretendam, ainda insistem em manter a discussão dentro do eixo branco-europeu. Nesse sentido, tem sido necessário o uso de toda *ginga*, de toda *artimanha* disponível, para tornar possível a continuidade da presença dos coletivos de estudantes negros/as nas universidades. E a maleabilidade requisitada para a existência desses núcleos – que inclusive se utilizam do afeto como recurso de resistência e possibilidade de reivindicação de suas formas de ser e viver – desafia os olhares que tentam incidir sobre esses espaços, uma leitura dicotômica na tentativa de produzir conhecimento sobre eles.

As áreas de interesse, de prioridade de ação, de reflexão, aquilo que motiva as existências dos coletivos negros, é circunstancial, bem como inacabadas. Assim, a compreensão do princípio dinâmico da figura de Exu é basilar para a definição do que são esses núcleos, por transcender as perspectivas que atribuem uma unidade em suas formas de ser e estar. É preciso mergulhar em suas multiplicidades, nos contextos, nos processos de que são frutos, legado, e para os quais também deixam sua contribuição. Entendendo o circunstancial, então, realizamos um apanhado histórico que permitisse perceber as tessituras que estão como pano de fundo do surgimento desses núcleos, abrindo caminho para aprofundamento nas suas especificidades.

Referências

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

CAIXETA, B. A. dos S. **Movimento negro universitário: um olhar sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília**. 2016. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18248/1/2016_BiancaAparecidosoSantosCaixeta.pdf. Acesso em: 3 maio 2021.

CARVALHO, J. J. de Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UNB. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan./jun. 2005. Doi: 10.1590/S0104-71832005000100018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CTbp9g7xxJcFrHDzTBt63WP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. São Paulo: Vozes, 2017.

HALL, S. Estudos culturais e seu legado teórico. *In*: HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**, 2003. p. 199-218.

JESUS, M. C. de. **O legado da militância negra pós-64 para a democratização das relações étnico-raciais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/4371>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MARTINI, A. F. de **As cotas nas universidades públicas brasileiras**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/17357>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**: documentos de uma militância Pan-Africanista. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

OLIVEIRA, G. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior**: políticas da diversidade e organização da política estudantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://152.92.4.119:8080/handle/1/10067>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RATTS, A. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. *In*: PEREIRA, A. M.; SILVA, J. (org.). **Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Livros e Serviços Ltda, 2009. p. 81-108.

RATTS, A. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **NGZU**, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18352>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os movimentos negros**. São Paulo: Editora 34, 2007.

RUFINO, J. S. **O que é racismo**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense. 1994. (Coleção Primeiros Passos).

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, M. F. **Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico**: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás. 2019. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, S. A. dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. 2007. 554 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6981>. Acesso em: 20 maio 2021.

Submetido em 22 de junho de 2021.
Aprovado em 13 de agosto de 2021.